

OSAN JERE POVU HO NIAN DI'AK

GERIR BEM O DINHEIRO PÚBLICO

Reforço da Gestão e Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste

O OBJETIVO DO PROJETO É MELHORAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TIMOR-LESTE ATRAVÉS DE UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MAIS EFICAZ, ÍNTEGRA, TRANSPARENTE, RESPONSÁVEL E ORIENTADA PARA O CIDADÃO, REFORÇANDO A RESPONSABILIZAÇÃO E A SUPERVISÃO DO USO DAS FINANÇAS PÚBLICAS



PAÍS/REGIÃO Timor-Leste

SETOR Boa Governança

INÍCIO E FIM 01/09/2017 - 28/02/2022

ORÇAMENTO 12.600.000,00 EUR

BENEFICIÁRIOS DIRETOS

- Deputados e técnicos do Parlamento Nacional
- Auditores e Juizes do Tribunal de Recurso e da Câmara de Contas
- Magistrados da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público
- Auditores e Inspetores da Inspeção Geral do Estado
- Investigadores e Especialistas da Polícia Científica e de Investigação Criminal
- Investigadores e Especialistas da Comissão Anticorrupção
- Técnicos das Organizações da Sociedade Civil, membros do Fórum das Organizações Não Governamentais de Timor-Leste e da Rede Nacional de Auditoria
- Técnicos da Secretaria de Estado da Comunicação Social e jornalistas timorenses

RESULTADOS

- Capacidade de análise, auscultação e tomada de decisão do Parlamento Nacional fortalecida em relação ao Orçamento Geral do Estado e fiscalização da sua execução
- Capacidade de fiscalização da legalidade das despesas públicas pela Câmara de Contas e Tribunal de Recurso fortalecida
- Capacidades reforçadas em matéria de prevenção e investigação forense de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais
- Capacidade institucional e técnica do Ministério Público reforçada para melhor representar o Estado no exercício da ação penal e salvaguarda da legalidade democrática
- Maior consciência pública e participação dos Atores Não Estatais e dos cidadãos nos processos políticos e de acompanhamento orçamental
- Quadro regulamentar e capacidade profissional dos jornalistas melhorados para que estes possam providenciar informação imparcial, concreta e informada aos cidadãos

DESCRIÇÃO

A boa governação económico-financeira em Timor-Leste é fundamental para uma democracia forte. Isso implica regular-se por princípios de transparência, rigor e responsabilização.

Assim, o projeto aposta num sistema transversal de pesos e contrapesos no qual os atores estatais, os não-estatais e os cidadãos têm um papel a desempenhar, na fiscalização e no acompanhamento das políticas públicas. O desafio é garantir uma supervisão e um controlo regulares da prestação dos serviços públicos e da respetiva execução orçamental.

A lógica de intervenção assenta na capacitação institucional e na promoção do diálogo e da cooperação entre as instituições do Estado, com responsabilidades na supervisão e gestão das finanças públicas, e entre estas e as organizações da sociedade civil e os órgãos da comunicação social, numa abordagem de auditoria social. Desta abordagem, que pressupõe um papel ativo de todos os cidadãos, é indissociável o papel das mulheres na sociedade timorense, pelo que a sua integração e participação ativa nas entidades envolvidas, bem como no mercado de trabalho é determinante para o projeto.

As atividades são por isso focadas no reforço das capacidades dos recursos humanos das instituições timorenses, através do envolvimento e parceria com instituições europeias homólogas. Esta partilha de melhores práticas e a transferência de conhecimento entre pares é determinante para assegurar a apropriação, bem como a sustentabilidade da capacidade de intervenção das autoridades timorenses, uma vez que contarão com uma rede de cooperação que perdurará muito para além do período de implementação do projeto.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BENEFÍCIOS DIRETOS



CO-BENEFÍCIOS



CONTEXTO

Timor-Leste tem mostrado um forte empenho em implementar reformas relevantes em matéria de Gestão das Finanças Públicas e boa governação económica e democrática. A supervisão independente nestas matérias, a cargo de entidades como o Parlamento Nacional, Tribunal de Recurso/Câmara de Contas, Procuradoria-Geral/Ministério Público, Polícia Científica de Investigação Criminal, Comissão Anti-Corrupção, Inspeção Geral do Estado, Sociedade Civil, Comunicação Social - está prevista no quadro constitucional e legislativo timorense e tem vindo a concretizar-se, embora estas entidades careçam ainda de recursos humanos devidamente qualificados quer em termos técnicos quer em termos linguísticos, que a par da fraca articulação e cooperação interinstitucional, tem sido uma das principais causas da fragilidade da sua atuação e da sua participação mais ativa nos processos de governação.

É neste contexto que a União Europeia e o Camões, I.P. uniram esforços para apoiar a capacitação institucional, a formação intensiva em língua portuguesa, adaptada ao contexto de trabalho e a promoção do diálogo e cooperação entre as instituições do Estado timorense, as organizações da sociedade civil e os órgãos da comunicação social.

A formação e capacitação dos profissionais afetos às instituições timorenses parceiras, e tutoria em contexto de trabalho, contribui para que estes consigam desempenhar de forma efetiva e independente as suas funções e mandatos e consequentemente desempenhar plenamente os respetivos papéis na fiscalização e na supervisão e controlo regular do uso das finanças públicas para uma melhor prestação dos serviços públicos.

FINANCIAMENTO

- UE - 12.000.000,00 EUR
- Camões, I.P. - 600.000,00 EUR

ENTIDADE GESTORA E
COFINANCIADORA



PROJETO FINANCIADO
PELA UNIÃO EUROPEIA

SABER MAIS



www.osanpovunian.tl



Apelamos aos jovens para que contribuam para a construção do Estado. Sobretudo participando em ações e atividades que se relacionam com a melhoria da supervisão das finanças públicas, para que juntos possamos garantir a transparência e a responsabilização.

- Jaulino Amaral e Augusto Monteiro, coordenadores da ONG Luta Hamutuk.



PARCEIROS

Timor-Leste:

- Parlamento Nacional
- Procuradoria-Geral da República/Ministério Público
- Tribunal de Recurso / Câmara de Contas
- Inspeção-Geral do Estado
- Polícia Científica de Investigação Criminal
- Comissão Anticorrupção
- Fórum das ONG de Timor-Leste
- Rede Nacional de Auditoria Social
- Ministério com tutela sobre regulamentação da atividade dos órgãos de comunicação social
- Centro de Formação Jurídica e Judiciária

Portugal:

- Assembleia da República
- Procuradoria-Geral da República/Ministério Público
- Ministério das Finanças
- Tribunal de Contas
- Polícia Judiciária
- Centro Protocolar de Formação para Jornalistas
- Centro de Estudos Judiciários
- Conselho Superior de Magistratura